

# **ENSINO DE HISTÓRIA PARA SURDOS: Principais dificuldades no ensino/aprendizagem da História**

## **HISTORY TEACHING FOR THE DEAF: Key Challenges in Teaching and Learning of History**

Lais Cristina da Silva Santos

Orientação: Prof. José Arnor de Lima de Júnior

### **RESUMO**

O propósito deste artigo é abordar os principais desafios encontrados no processo de ensino/aprendizagem de História em um contexto bilíngue e explorar maneiras de superar essas barreiras, abordando as diferenças linguísticas entre alunos e professores, limitações com materiais didáticos e a falta de uma formação específica dos docentes de História em relação ao ensino de alunos surdos. Para enfrentar essas dificuldades, é necessário um esforço conjunto da comunidade educacional para promover a inclusão efetiva dos surdos no ensino de História, garantindo-lhes igualdade de acesso ao conhecimento histórico.

**Palavras-chave:** Ensino de História, Libras, inclusão, formação de docentes.

### **ABSTRACT**

The purpose of this article is to address the main challenges encountered in the process of teaching and learning History in a bilingual context and to explore ways to overcome these barriers, considering the linguistic differences between students and teachers, limitations with teaching materials, and the lack of specific training for History educators regarding teaching deaf students. To tackle these difficulties, it requires a collective effort from the educational community to promote the effective inclusion of deaf students in the teaching of History, ensuring them equal access to historical knowledge.

**Keywords:** Teaching of History, Sign Language (Libras), inclusion, teacher training.

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja banca de defesa foi composta pelos seguintes membros: Prof. José Arnor de Lima Júnior, Prof. Antônio Carlos Cardoso e Prof. Kerolayne Correia de Oliveira, na seguinte data: 02 de outubro de 2023.

2 Graduanda em História na UFPE.

3 Professor do Magistério de Ensino Superior Libras- Língua Brasileira de Sinais na UFPE.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a educação é um direito de todos e está assegurada pela constituição de 1988, além disso temos decretos, leis e regulamentos que imputam às escolas, creches e todas as instituições educacionais a inclusão das pessoas com deficiências, e nós, agentes da educação, vivemos constantemente tentando tornar a educação cada vez mais inclusiva e respeitosa às pluralidades.

Para este trabalho é importante sabermos que temos oficialmente a Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida como segunda língua oficial do país a partir da Lei 10.436 (BRASIL, 2002) e regulamentada através do Decreto 5626 (BRASIL, 2005), que garante como direito de todos os surdos conhecer e utilizar a sua primeira língua em todos os ambientes.

Para as crianças surdas, que têm como língua materna a Libras e não o português, sua percepção de aprendizagem acontece de forma visual, sensitiva e quando respeitada e explorada da melhor forma em sala de aula, o resultado é a integração da turma com convívio social e rendimento escolar sem nenhuma diferenciação entre os alunos.

Ainda mais quando pensamos que é na primeira infância que várias habilidades são desenvolvidas, habilidades essas que serão primordiais para o futuro da criança, que precisa da interação entre os demais para desenvolver diversas habilidades, pois “entre o primeiro e o terceiro ano de idade a qualidade de vida de uma criança tem muita influência em seu desenvolvimento futuro e ainda pode ser determinante em relação às contribuições que, quando adulta, oferecerá à sociedade”. (PICCININ, 2012, p. 40)

Por muito tempo as sociedades foram resistentes em aceitar as várias línguas de sinais criadas pelo mundo, Gesser (2009) afirma que existem relatos de surdos proibidos de sinalizar no ambiente escolar, obrigados a oralizar para conseguir se comunicar e em alguns casos tendo as suas mãos amarradas para não se comunicar, sofrendo diversos tipos de castigos físicos, com a justificativa de que o surdo expunha demais o corpo.

No Brasil, a educação para surdos de forma igualitária aos ouvintes é permeada por bastantes polêmicas sobre as metodologias adequadas para o ensino com as diferenças existentes entre o português e a língua de sinais, afinal de contas uma escola inclusiva pode ser considerada inadequada para atender todas as especificidades que os alunos necessitam, especialmente nos requisitos de exploração visual dos conteúdos.

Nesse ponto, existem organizações que são chave para apoio às instituições, que contribuem positivamente para o ensino aplicado aos alunos surdos e como referência no assunto existe o INES, Instituto Nacional de Educação de Surdos, localizado no Rio de Janeiro foi fundado em 26 de setembro de 1857, que desenvolve um trabalho de extrema importância para aproximar a comunidade surda de assuntos e temas antes dominados por ouvintes.

Não por acaso o dia 26 de setembro foi escolhido como data comemorativa para o Dia Nacional dos Surdos, pois a fundação do instituto tem imensa representatividade para a comunidade surda. Na fundação do INES, o nome originalmente escolhido foi Collegio Nacional para Surdos-Mudos, e o fundador foi Ernest Huet, que teve como espelho o Instituto dos Surdos-Mudos de Bourges, na França, o primeiro país a desenvolver um método de ensino para pessoas surdas e um alfabeto manual.

A ideia inicial deste trabalho surgiu em 2014 quando o CAS (Centro de Apoio ao Surdo) de Pernambuco estendeu o curso de Libras para várias escolas da Região Metropolitana do Recife e permitiu um contato inicial de vários ouvintes com a cultura surda. Com o avanço da graduação e dos estágios obrigatórios, foi possível passar a analisar o surdo como aluno e perceber características próprias da identidade e da comunidade surda. Dessa forma, pudemos perceber que existia uma antipatia dos alunos surdos com a disciplina, pois a exigência de leituras e interpretações textuais, que muitas vezes são complexas até para quem é alfabetizado em português, os afastava do conteúdo.

Existia então uma necessidade de unir os temas, a História e a Libras, para que pudéssemos sensibilizar aos ouvintes e surdos integrantes da comunidade escolar os quais lerão este trabalho e poderão despertar para a necessidade de melhorar esse relacionamento na prática, nos fazendo enxergar além das nossas realidades cotidianas.

A proposta deste trabalho é fazer um estudo qualitativo do tipo bibliográfico em que seja possível uma análise da relação entre o ensino de História e a comunicação em língua de sinais, explorando o máximo os recursos possíveis para ensino. Pesquisar “é, portanto o caminho para se chegar à ciência, ao conhecimento” (KAUARK, 2010, p. 24), e se tratando de uma pesquisa qualitativa, “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (KAUARK, 2010, p.26). E o caráter bibliográfico nos imputa uma pesquisa “elaborada a partir de material

já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado na Internet” (KAUARK, 2010, p.28).

O objetivo geral deste trabalho é conhecer algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos educandos surdos no ensino/aprendizagem de História e explorar maneiras de superar essas barreiras, e os objetivos específicos consistem em demonstrar as diferenças linguísticas entre alunos e professores, pois muitos educandos utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como sua língua materna enquanto os professores se comunicam em Português, isso pode levar a mal-entendidos e dificuldades de comunicação, tornando o processo de ensino/aprendizagem menos eficaz. Relatar as limitações com materiais didáticos acessíveis e adaptados às necessidades dos educandos surdos uma vez que é crucial desenvolver recursos visuais, vídeos com legendas e outros materiais que facilitem o acesso à informação de forma inclusiva. Indicar a falta de uma formação específica dos docentes de História em relação ao ensino de educandos surdos.

A proposta deste trabalho estende-se para toda a sociedade como parte interessada em ter cada vez mais profissionais surdos, formados e capacitados para atuar no mercado de trabalho, como futuros professores. Atualmente existe o curso superior de pedagogia bilíngue regulamentado a partir da Lei nº 11.892 (BRASIL, 2016) que forma o professor capacitado para atuar com o público surdo desde o ensino básico e que traz uma nova perspectiva para o futuro das salas de aula inclusivas.

É importante ainda que os professores de História estejam abertos ao diálogo com os alunos surdos e suas famílias, a fim de compreender suas necessidades e expectativas em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

## HISTÓRIA DO ENSINO DE SURDOS

São muitas fases e momentos que demonstram conflito no comportamento e entendimento social para quais seriam os tratamentos adotados com pessoas que nasciam com deficiência, especialmente os surdos, no ponto em que a comunicação, ou falta dela, é um dos principais argumentos dos que não queriam considerar os surdos como seres humanos passíveis de socialização.

Contudo, de acordo com Santos (2018, p. 95), já na Pré-História, há indícios de que a linguagem gestual pode ter representado a primeira forma de comunicação entre os hominídeos. Na Antiguidade, encontramos registros de práticas de infanticídio de surdos entre chineses, espartanos e gauleses. Por outro lado, para os hebreus, ser surdo era considerado como um castigo divino, o que resultava em segregação social. No Egito e na Pérsia, os surdos eram reverenciados como interlocutores dos deuses devido à sua "linguagem misteriosa". Na Grécia, apesar de Sócrates reconhecer a língua de sinais como aceitável, eram considerados incapazes de aprender devido à crença aristotélica de que a educação dependia da audição. Com o cristianismo, embora fossem vistos como filhos de Deus, persistiam estigmas devido à ideia de que não podiam ser salvos, pois não podiam ouvir a pregação ou confessar pecados.

Durante a Idade Média, com base no Código Justiniano (534), os direitos civis dos surdos foram restringidos, especialmente afetando os surdos congênitos e aqueles que não podiam falar. Monges católicos pertencentes a ordens que mantinham o voto de silêncio utilizavam línguas de sinais para se comunicar, e essas formas de comunicação eram registradas. Posteriormente, o padre espanhol Juan Pablo Bonet (1573-1633 d.C.) usou esses registros para educar surdos. Nesse período, a primeira referência a um educador de surdos surgiu com o bispo inglês John Beverley (por volta de 700 d.C.), que supostamente ensinou um surdo a falar.

Já na Idade Moderna, durante o período do Renascimento (séculos XIV-XVI), a perspectiva em relação aos surdos começou a ser reconsiderada, abrindo caminho para o acesso à educação e a alguns direitos para as pessoas surdas. O intelectual italiano Girolamo Cardano (1501-1576) teorizou que ser surdo não era uma condição mental e que a aprendizagem poderia ocorrer por meios que não envolvessem apenas a fala e a audição. Na Espanha, o monge Pedro Ponce de León (1520-1584), é reconhecido como o primeiro professor de surdos segundo Goldfeld (1997, p.25), “[...] o monge beneditino espanhol, Pedro Ponce de Leon (1520 – 1584), ensinou quatro surdos, filhos de nobres,

a falar grego, latim e italiano, além de ensinar-lhes conceitos de física e astronomia”. O método do monge incluía o uso de um alfabeto manual, escrita e técnicas de oralização. Ele utilizava rótulos, colocava papéis na parede para associação de palavras e pronúncia, procurando incentivar os surdos a desenvolverem a fala de qualquer maneira.

Na França, em 1760, influenciado pelos ideais iluministas que enfatizavam a importância da educação na formação de indivíduos e cidadãos, o abade Charles-Michel de l'Épée fundou a primeira escola pública para surdos. Nessa instituição, o ensino era realizado por meio da língua de sinais e de forma coletiva. Essa escola ficou conhecida como o Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, que atualmente é chamado de Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris.

Ele buscava salvar os surdos com base em suas crenças religiosas, acreditando que eles estavam privados da palavra de Deus e morriam sem a absolvição de seus pecados devido à falta de comunicação. L'Épée desenvolveu uma estratégia de ensino amplamente adotada em todo o mundo, chamada "Sinais Metódicos", que combinava a Língua de Sinais com a gramática francesa. Ele criou muitos sinais por conta própria, possibilitando a leitura e a escrita para os surdos da época e enfrentou críticas de outros educadores por sua defesa da Língua de Sinais, que posteriormente se tornaria oficialmente a Língua de Sinais Francesa.

Para este trabalho, utilizaremos o conceito de Strobel (2009, p.6) que define os conceitos de povo surdo e comunidade surda como:

O povo surdo é grupo de sujeitos surdos que têm costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão. A comunidade surda, na verdade não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes junto, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização que podem ser associação de surdos, federação de surdos, igrejas e outros.

Como exemplo disso, no início do século XVIII para o século XIX, foi encontrado numa floresta ao sul da França, um menino com provavelmente 12 anos que não falava, não respondia a estímulos sonoros e apresentava graves comprometimentos emocionais. O médico Itard se interessou pelo caso do garoto isolado da sociedade e solicitou que ele fosse levado ao Instituto dos Surdos de Paris para ficar aos seus cuidados.

Os relatórios feitos pelo Dr. Itard sobre o caso do menino Victor foram fundamentais para várias pesquisas sobre surdos, autistas e também para desenvolver a obra da pedagoga italiana Maria Montessori e suas experiências com os sentidos. Foi do Instituto de Surdos de Paris que saíram vários professores surdos formados que fundaram escolas para seus semelhantes.

Conforme ROCHA (2008, p.23), em 15 de novembro de 1827 o Iº artigo da promulgada Lei Geral sobre Instrução Primária no Brasil que dizia “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”, porém um problema que permeia até hoje nossa sociedade, era a profunda diferença econômica entre as províncias e as condições de crescimento diferenciado entre eles, em que as mais ricas tinham mais possibilidades de oferecer o ensino.

Inicialmente o método de ensino utilizado era individual e realizado no âmbito doméstico, porém quando um aluno estava em um momento de aprendizado os outros ficavam ociosos, aguardando sua hora e isso ocasionava problemas no comportamento. Então o método Lancasteriano foi adotado na primeira Escola Normal do Brasil (1835), em Niterói, província do Rio de Janeiro, instituindo o ensino mútuo. Esse método foi divulgado pelo Barão de Gérando, que foi diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Paris.

O método Lancasteriano, também conhecido como Sistema Lancasteriano ou Monitorial, foi um sistema de ensino desenvolvido pelo educador britânico Joseph Lancaster no final do século XVIII. O objetivo desse método era proporcionar uma educação acessível e eficiente para um grande número de estudantes, especialmente em áreas urbanas e carentes.

A institucionalização do método lancasteriano se parece com a forma atual de ensino que temos, ou seja, um professor dando uma aula para um grupo mais homogêneo, com conteúdo organizado em níveis, num espaço mais adequado do que a casa do aluno, assim como o fato do método estimular que os alunos se dirijam uns aos outros, fez-se convencer, naquela época, que esse era o método mais adequado do ensino de surdos.

No Brasil, em 1855, um notável protagonista no desenvolvimento da educação para surdos foi o Imperador Dom Pedro II. Ele convidou o professor surdo Hernet Huet, um ex-aluno do Instituto de Paris, para iniciar o ensino de duas crianças surdas. Em setembro de 1857, Huet solicitou a autorização do Imperador para estabelecer o

primeiro Instituto Nacional de Surdos-Mudos, conhecido atualmente como Instituto de Educação dos Surdos (INES), situado no Rio de Janeiro.

Contudo uma virada significativa no ensino de surdos foi o Congresso de Milão, também conhecido como Congresso Internacional de Educadores de Surdos de 1880, foi um evento histórico que teve um impacto significativo na educação de surdos em todo o mundo. O congresso ocorreu em Milão, Itália, de 6 a 11 de setembro de 1880, e teve como objetivo principal discutir e deliberar sobre questões relacionadas à educação de pessoas surdas.

O Congresso de Milão estipulou que "o uso de línguas de sinais é prejudicial à educação e à civilização das crianças surdas" e isso repercutiu com muitas escolas passando a proibir o uso das línguas de sinais em favor da oralização e apenas muitas décadas depois houve um reconhecimento da importância das línguas de sinais e da necessidade de uma abordagem bilíngue na educação de surdos. No entanto, o impacto das políticas resultantes do Congresso de Milão foi sentido em muitos sistemas educacionais para surdos em todo o mundo até o século XXI.

Em 1911, o Brasil adotou o método oral de educação para surdos, influenciado pelo Congresso de Milão. Esse método prevaleceu até o final da década de 1970, quando uma nova abordagem conhecida como "comunicação total" surgiu. A responsável por introduzir essa técnica no Brasil foi Ivete Vasconcelos, uma educadora da Universidade de Gallaudet. A Comunicação Total:

[...] utiliza a Língua de Sinais, o alfabeto digital, a amplificação sonora, a fonoarticulação, a leitura dos movimentos dos lábios, leitura e escrita, e utiliza todos estes aspectos ao mesmo tempo, ou seja, enfatizando para o ensino, o desenvolvimento da linguagem. Portanto a Comunicação Total é um procedimento baseado nos múltiplos aspectos das orientações manualista e oralista para o ensino da comunicação ao deficiente auditivo. (COSTA, 1994 apud MERSELIAN; VITARIANO, 2009, p. 9)

Tanto no Brasil quanto no cenário global, durante a década de 1990, os estudos relacionados à Língua de Sinais tiveram avanços significativos e começaram a se estruturar, resultando no desenvolvimento da educação bilíngue. Esse modelo representou uma abordagem alternativa ao oralismo. Em 1994, a comunidade surda, em uma conquista importante, deu origem à Língua Brasileira de Sinais (Libras), resultado da mistura entre a língua de sinais francesa com o português, e em 2002 a Libras foi oficialmente reconhecida como a língua das pessoas surdas no Brasil pela Lei Federal nº

10.436, e em 2005, foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626. Isso marcou um avanço na garantia dos direitos linguísticos e culturais das pessoas surdas no país.

Um outro evento marcante sobre recomendações de ensino foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, em 1994, que estabeleceu diretrizes para a Educação Especial, visando o estabelecimento de políticas públicas de inclusão.

Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares. (ONU, 1994)

Conforme Santos (2018, p. 19), essa recomendação não encontra aplicação nas políticas públicas brasileiras devido à necessidade implícita de investimento, tanto para implementar o ensino da língua de sinais nas escolas quanto para criar estruturas escolares especiais ou classes dedicadas que possam atender às demandas de um ensino mais especializado. Na realidade, atualmente são poucas as escolas que possuem a capacidade total de oferecer um ensino inclusivo.

Como parte deste trabalho, é fundamental reconhecer que, embora possam surgir questionamentos quanto à sua implementação, as escolas inclusivas desempenham um papel primordial na promoção da igualdade de oportunidades e na edificação de sociedades mais justas e abertas. Essas instituições não apenas proporcionam um ambiente onde todos os alunos podem aprender juntos, independentemente de suas diferenças, mas também cultivam valores essenciais, como a tolerância, o respeito à diversidade e a sensibilidade às necessidades alheias. Como resultado, as escolas inclusivas desempenham um papel vital na preparação dos estudantes para uma convivência harmoniosa em uma sociedade diversificada, contribuindo assim para a construção de um mundo mais equitativo e inclusivo, onde todos têm a oportunidade de participar plenamente e colaborar para o bem-estar coletivo.

## DIFERENÇAS LINGUÍSTICAS ENTRE ALUNOS E PROFESSORES

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua exclusivamente empregada no território brasileiro, trata-se de uma língua natural que possui regras gramaticais próprias, conhecidas como linguagem gestual-visual. Na Libras, a comunicação se estabelece por meio de gestos feitos com as mãos, os quais chamamos de sinais, sendo que os olhos desempenham um papel fundamental na interpretação desses sinais, em conjunto com as expressões corporais e faciais. Segundo Fernandes (2011, p. 82)

A Libras é uma língua de modalidade visual espacial que diferentemente das línguas orais auditivas, utilizam-se da visão para sua apropriação e de elementos corporais e faciais, organizados em movimentos no espaço para constituir unidades de sentido as palavras ou, como se referem os surdos, os sinais.

E como uma comunicação, requer a presença de outra pessoa para ser utilizada, Freire (2018, p. 135) afirma:

O diálogo é o encontro entre os homens, intermediado pelo mundo, para nomear esse mundo. Se é por meio da palavra, ao nomear o mundo, que os homens o transformam, o diálogo se impõe como o caminho pelo qual os homens encontram o significado de serem homens.

O diálogo e a comunicação entre professor e aluno são essenciais, sendo um dos fundamentos para alcançar o objetivo da sala de aula, que é a transmissão de conhecimento, aliás a comunicação é o alicerce da sala de aula, é uma habilidade-chave para todos os envolvidos no processo educacional e desempenha um papel vital na promoção de um ambiente de aprendizado eficaz e inclusivo.

A comunicação é uma ferramenta de extrema importância para os seres humanos, uma vez que facilita a interação social com outros indivíduos, promovendo benefícios tanto cognitivos quanto emocionais. No contexto específico da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a aprendizagem dessa língua oferece uma série de benefícios não apenas para as pessoas surdas, mas também para os ouvintes. Além de possibilitar a comunicação efetiva entre surdos e ouvintes, a Libras também promove a inclusão educacional, respeita a diversidade, estimula a memória, aprimora habilidades motoras, especialmente a expressividade, entre outros aspectos positivos.

A relação entre professores e alunos surdos vai muito além do papel tradicional de ensino/ aprendizado, pois envolve uma compreensão profunda das necessidades específicas dos alunos surdos e uma abordagem pedagógica sensível e inclusiva, é

fundamental que o professor estabeleça uma relação de confiança e respeito com o aluno surdo, para que haja uma comunicação efetiva e uma aprendizagem significativa.

Para facilitar essa conexão efetiva e enriquecedora, os educadores devem levar em consideração diversos fatores, incluindo a forma de comunicação, a cultura surda e estratégias de ensino adaptadas. Um dos atores essenciais para promover essa ligação completa entre aluno e professor é o intérprete. Conforme Santos (2018, p. 10) e de acordo com a legislação, todas as escolas são obrigadas a oferecer Atendimento Educacional Especializado (AEE), supervisionado por um especialista em Educação Especial, que pode orientar os professores em seu trabalho com alunos surdos. Além disso, em sala de aula, é fundamental contar com um profissional intérprete de língua de sinais e língua portuguesa (TILSP) para garantir uma comunicação eficaz.

O intérprete na sala de aula tem a responsabilidade de traduzir conteúdos e informações para a língua de sinais, bem como de facilitar a comunicação entre os alunos surdos, os alunos ouvintes e os professores. É importante destacar que, embora desempenhe um papel fundamental na sala de aula, o intérprete não é o professor do aluno surdo, o que às vezes pode gerar confusões.

O intérprete é um profissional qualificado, com capacitação em Libras e compreensão da cultura surda e é essencial que esse profissional esteja adequadamente preparado para enfrentar as particularidades de uma sala de aula e assegurar a excelência na interpretação. É comum que os professores achem que esse profissional tem o papel de professor dos alunos surdos, o que não é verdade.

A presença de intérpretes de Libras em todos os níveis da educação desempenha um papel fundamental na garantia do acesso dos alunos surdos ao currículo escolar, bem como na promoção da inclusão social e educacional desses estudantes. Com um intérprete disponível, o aluno surdo pode se envolver ativamente nas atividades escolares, interagir com colegas e professores, e desenvolver suas habilidades cognitivas e sociais de forma plena.

É frequente o professor assumir erroneamente que o intérprete é o único responsável pela supervisão da execução das atividades propostas, pela manutenção da disciplina dos alunos em sala de aula e negligenciando a garantia de seu aluno conseguir alcançar o conhecimento histórico. Vale acrescentar o que Santos (2018, p. 94) esclarece:

O intérprete não é o professor dos surdos e você dos ouvintes. Cabe a ele traduzir conteúdos e informações para a língua de

sinais e intermediar a conversação entre os alunos surdos e ouvintes e entre os primeiros e seus professores. Aos docentes cabe ensinar, incentivar a participação, esclarecer dúvidas... enfim, ser... professor. Não somente dos alunos, mas de toda a classe, o que inclui os surdos. Voltando ao começo, nunca se esqueça: o surdo é **seu** aluno.

Um aspecto crucial a ser levado em conta pelos professores é que os intérpretes precisam estar familiarizados com o conteúdo que será abordado em sala de aula, devendo ser considerado disponibilizar o planejamento da aula previamente. Isso os capacita a realizar interpretações mais eficazes e, quando necessário, a criar sinais para conceitos que não possuem equivalentes diretos em Libras, facilitando assim a comunicação na escola.

A falta de conhecimento da língua de sinais pode criar um distanciamento entre o professor e o aluno surdo, levando o aluno a se sentir ignorado ou excluído na sala de aula. Por outro lado, a familiaridade com a Libras pode estreitar os laços entre o professor e o aluno, evitando que o professor coloque toda a responsabilidade de interação com o aluno no intérprete.

Embora seja impraticável ministrar uma aula em duas línguas simultaneamente, é essencial que o professor seja capaz de estabelecer uma comunicação básica com seu aluno surdo, sendo o professor o profissional mais capacitado para elucidar dúvidas dos alunos, que certamente estarão mais interessados na aula construindo assim uma relação de empatia com seus estudantes.

Ao aprender, utilizar e dominar a língua de sinais, os educadores abrem portas para uma comunicação mais eficaz com alunos surdos, o que contribui diretamente para o sucesso acadêmico e social desses estudantes. Assim como demonstra um comprometimento com a diversidade e a valorização das diferenças, criando um ambiente de aprendizado mais acolhedor e enriquecedor para todos.

Aprender Libras não apenas capacita os professores a serem melhores educadores, mas também promove uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde cada aluno tem a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial, independentemente de suas necessidades individuais. Portanto, encorajamos os professores de História a embarcarem nessa jornada de aprendizado, que não só beneficia seus alunos, mas também enriquece suas próprias vidas.

## MATERIAIS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS

É fundamental que crianças surdas tenham exposição à Língua Brasileira de Sinais (Libras) desde a primeira infância. Algumas famílias são compostas por surdos, ou estão inseridas na comunidade surda, dominam Libras e podem se comunicar de forma eficaz com seus filhos surdos, mas em contrapartida, existem famílias compostas exclusivamente por pessoas ouvintes que são completamente leigas quanto à língua de sinais. Nesses casos, a escola pode representar um ambiente onde a criança surda tenha a oportunidade de interagir com outros usuários da Libras, como professores e colegas de sala surdos.

Essas competências são essenciais para o progresso do aluno, pois, ao ser alfabetizado em sua língua materna, a Libras, como L1, ele terá a base necessária para aprender o português como sua segunda língua, ou seja, L2. Isso, por sua vez, permitirá ao professor utilizar metodologias de ensino bilíngue para elaborar seu planejamento de aulas.

É evidente ainda a carência de recursos educacionais que verdadeiramente apoiem os professores em ambientes de ensino inclusivo, independentemente do tipo de deficiência que necessita ser atendida. Soma-se a isso o fato de enfrentarmos a realidade de infraestruturas escolares precárias, que frequentemente carecem de condições básicas para operar adequadamente.

Muitas escolas não conseguem oferecer minimamente uma infraestrutura escolar adequada com salas de aula bem equipadas, espaços para atividades extracurriculares, bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas, banheiros limpos e em bom estado de conservação, áreas de recreação seguras e acessíveis, instalações para refeições e etc.

Isso pode criar desafios significativos para o ensino/ aprendizagem, pois coloca o professor em uma posição difícil ao lidar com salas de aula superlotadas, instalações escolares deterioradas, escassez de materiais didáticos, acesso restrito a tecnologia e recursos educacionais, bem como a falta de acessibilidade para alunos com deficiência.

Cabe ao professor enfrentar os desafios com criatividade e aproveitar ao máximo os recursos disponíveis na escola em que trabalha. Dentro do contexto do ensino para surdos, é essencial aproveitar todos os recursos visuais disponíveis, uma vez que a Libras é uma língua gestual-visual, e isso é crucial para atender às necessidades de processamento cognitivo dos alunos surdos.

De acordo com Silva (2020, p.3) “Em resposta ao domínio particular do signo visual surgiu a Pedagogia Visual. A área dessa pedagogia, que pode auxiliar nesse processo, é a chamada semiótica imagética.” Essa perspectiva oferece aos professores de História a oportunidade não apenas de comunicar o conteúdo em Libras, mas também de contextualizar o aluno, aproveitando a dimensão visual da língua de sinais.

Acrescenta-se a isso, o que diz Lameirão (2020, p. 62):

Por onde passamos somos inundados por uma quantidade enorme de imagens, um verdadeiro congestionamento de ícones e mensagens, bombardeando as pessoas diariamente: outdoor, fotografias, grafites, produtos televisivos, panfletos, logos, revistas. O ver é uma prática social cotidiana e historicamente situada, dessa forma, a cultura imagética pertence às experiências das relações sociais. O ver é carregado de sentidos, de representações simbólicas, de informações sensoriais e cognitivas. As imagens adensam o indivíduo e complexificam a cultura visual que nos permeiam.

O professor deve encarar essa tarefa não apenas como a apresentação de uma imagem de apoio à sala de aula, mas como uma exploração completa do conteúdo social, cultural e temporal subjacente que essa ferramenta traz. Para alcançar uma interpretação iconológica eficaz, é fundamental colaborar com os alunos na construção de uma análise completa que atenda aos objetivos da aula.

A disciplina de História frequentemente demanda leituras longas, interpretações textuais complexas e a criação de conteúdo que exige habilidade e proficiência na língua portuguesa. Logo, para um professor que tem um aluno surdo, a tarefa de adaptar determinados tópicos para explorar a imagética pode representar um desafio. De acordo com as palavras de Silva (2020, p. 4):

Além disso, é preciso enfatizar que incluir as imagens nas aulas com educandos surdos não significa tornar o conteúdo mais fácil de assimilar, mas sim, construir os significados históricos através da relação entre oralidade e visualidade. Além disso, não é possível trabalhar todas as questões da imagem em sala, é necessário focar nas principais representações.

A incorporação desse recurso proporciona à turma inteira a oportunidade de visualizar a disciplina sob uma perspectiva diferente, estimulando a criatividade de todos ao responder questões que estão divididas em três etapas:

A análise imagética aqui proposta foi adaptada para o contexto da sala de aula a partir dos estudos de Santaella (1998; 2015) sobre a teoria de Peirce, que resumidamente, segue três etapas: no

primeiro olhar sobre uma imagem, busca-se os ícones, algo que se apresenta à mente pela qualidade do seu fundamento. O segundo momento, deve-se descobrir os índices, o objeto do signo, as associações que são possíveis, o que ele indica, se refere ou representa. Por fim, temos o efeito interpretativo que o signo provoca, momento de examinar os símbolos, ou seja, as representações possíveis. Tratada como fonte histórica, o objetivo é desvendar os códigos da charge, os significados da época, para assim, revelar as representações sociais sobre aquele contexto histórico. (Silva, 2020, p.6)

O autor também nos demonstra como abordar a temática da Primeira República, utilizando, por exemplo, a charge de Alfredo Storni que foi publicada na capa da revista *Careta* em 1925, durante o período histórico conhecido pela política do "café com leite". Para a atividade proposta, é destacada a importância de possuir ao menos um data show, uma TV ou um quadro digital para a projeção da imagem, ou até mesmo uma impressão em grande formato que possa ser facilmente examinada pela turma.

Espera-se que os estudantes possam elaborar uma narrativa que aborde as questões apresentadas na sequência proposta pelo autor. Isso permitirá que transmitamos o conhecimento histórico desse período por meio da imagem explorada e que o questionamento seja estimulado nos alunos. Isso, por sua vez, ajudará os alunos a construir significados históricos por meio da interconexão entre elementos orais e visuais.

Outra ferramenta que os professores podem aproveitar na sala de aula é a incorporação de mapas, como enfatizado por Lameirão (2020): "O mapa é linguagem visual mista, onde elemento visual e elemento gráfico são componentes linguísticos geradores de informação, sendo assim componentes significantes que juntos atribuem significados - espacialidades e conceitos – no produto final retratado."

Os mapas desempenham um papel fundamental no processo de ensino e na compreensão da História, possibilitando que os alunos visualizem, contextualizem e analisem eventos, movimentos e mudanças históricas de maneira mais eficaz. Quando viável, é importante escolher mapas que possam ser explorados em Libras para garantir a inclusão dos alunos surdos (Lima, 2018).

Os livros didáticos desempenham ainda um papel indispensável no processo de ensino e é essencial que as editoras escolhidas incorporem elementos visuais, como imagens ilustrativas, que possam enriquecer a experiência educacional cotidiana. No ensino público existe o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que é um

programa do governo federal brasileiro que tem como objetivo principal a distribuição de livros didáticos para escolas públicas de ensino fundamental e médio em todo o país.

De acordo com informações disponíveis no site do Ministério da Educação (MEC), existe o PNLD Libras, que se concentra na adaptação do conteúdo em língua de sinais. Conforme definido pelo Ministério da Educação (2020):

Programa que disponibiliza livros didáticos em formatos acessíveis aos estudantes e professores surdos, respeitando a especificidade linguística desse público. Esses materiais serão elaborados com base na primeira língua do surdo, a Libras, considerada a língua de ensino, instrução, comunicação e interação, e no português escrito, que deve ser ensinado com metodologia de segunda língua.

A busca por materiais didáticos acessíveis e adequados às necessidades dos alunos surdos não deve estar restrita apenas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), como salientado por Lima (2018, p. 129):

Porém, estes recursos são poucos requisitados na sala de aula, sendo designados somente na sala de recursos multifuncionais do AEE. Apesar do livro didático ter sido sempre considerado um orientador das práticas pedagógicas para os professores, na escolarização de estudantes Surdos ainda há resistência e dificuldade de uso desse material didático, pelo fato de esses alunos não apresentarem condições de leitura e escrita. Isso faz com que o professor deixe de usar o livro didático, que tem sua importância nesse processo de escolarização sendo grande aliado na metodologia de ensino e aprendizagem dos nossos estudantes (CASSIANO, 2004).

No entanto, Lima (2018) identifica lacunas no projeto de distribuição de materiais acessíveis e salienta que o acesso dos alunos surdos a recursos educacionais é comprometido por três obstáculos centrais: a logística precária na entrega de livros impressos e CD-ROM, a escassez de livros acessíveis em comparação com os alunos sem deficiência e a falta de adaptação dos conteúdos que frequentemente reforçam estereótipos de deficiência, não promovendo igualdade e respeito.

No entanto, é fundamental enfatizar que a seleção do material didático adequado deve ser complementada por professores bilíngues devidamente qualificados, que demonstrem sensibilidade às necessidades específicas dos alunos surdos e promovam o uso e a disseminação da Libras em todos os contextos escolares. Além disso, recursos visuais, como retratos, pinturas, representações gráficas conceituais, mapas, charges e

fotografias, podem enriquecer o entendimento histórico na sala de aula, trazendo significados relevantes.

Para criar um ambiente de aprendizado eficaz e inclusivo, é fundamental que as escolas recebam investimentos apropriados em sua infraestrutura, assegurando que todos os alunos tenham igualdade de acesso a recursos educacionais de alta qualidade. Isso não apenas aprimora a experiência de aprendizado, mas também contribui para o desenvolvimento educacional e social dos estudantes. Ressaltamos que escolas com boas infraestruturas demonstram o compromisso da sociedade com a educação e o bem-estar das gerações futuras.

## FORMAÇÃO DOCENTE

A formação docente desempenha um papel central na qualidade da educação. Para assegurar que os estudantes recebam um ensino de alta qualidade, é fundamental que os educadores estejam adequadamente capacitados e atualizados em suas respectivas áreas de atuação. Isso se torna ainda mais crucial em um contexto que prioriza escolas inclusivas, onde os profissionais devem estar preparados para lidar com uma ampla variedade de necessidades e desafios apresentados pelos alunos.

O decreto 5626 de 2005 dispõe ainda a obrigatoriedade de incluir o ensino de Libras nos cursos de licenciatura, ele assegura a educação dos surdos em todos os níveis escolares, garantindo atendimento especializado, que se concentra principalmente na capacitação de professores para aprenderem Libras e ministrarem aulas para os estudantes.

É importante levar em conta que este decreto é relativamente recente, e é possível que muitos professores tenham concluído sua formação antes de receberem a capacitação básica em Libras durante seus cursos universitários. Além disso, alguns podem demonstrar resistência em aprender voluntariamente uma nova língua para poder ensinar alunos surdos, o que pode representar um obstáculo para a inclusão completa. Entretanto, é relevante ponderar sobre o que Lameirão (2020, p.51) observa:

Considerando o que define o decreto se torna evidente que o ponto inicial para aplicação do mesmo no âmbito educacional é o conhecimento da LIBRAS por parte de todos os envolvidos no processo. O conhecimento da linguagem de sinais é a forma de comunicação capaz de oferecer subsídios para a preservação e/ou desenvolvimento da comunidade surda, sendo a ferramenta que instrumentaliza o surdo e permite sua efetiva inserção no espaço escolar, sendo imperativo seu conhecimento por todos os envolvidos no processo de ensino.

O professor representa um dos principais agentes da educação e, ao escolher esta carreira profissional, deve buscar continuamente o aprimoramento em sua área de atuação por meio de formações continuadas. Uma única disciplina na formação universitária, que oferece apenas uma introdução básica à língua de sinais, não é suficiente para preparar o docente para atender em sua sala de aula um aluno surdo, nem para compreender as verdadeiras responsabilidades de um intérprete que estará com ele na sala de aula, compartilhando o protagonismo e a responsabilidade no processo de ensino/aprendizagem.

É necessário ainda que durante a graduação, os futuros docentes sejam incentivados a considerar inserir o aluno surdo desde o planejamento de suas aulas, conforme Santos (2018, p. 99) “Em classes inclusivas, ao realizar o seu planejamento, seja ele de curso, de unidade ou de aula, o professor precisa considerar a presença de alunos surdos e programar ações que contemplem as especificidades desses discentes.” Deve-se considerar as metodologias e estratégias pedagógicas que serão empregadas, sendo recomendável que professores, intérpretes e professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) colaborem no planejamento conjunto das aulas.

Considerando a disciplina de História, é importante ressaltar a ausência de planejamentos para abordar a temática da história dos surdos em sala de aula. Isso representa um desafio adicional no sentido de assegurar que essa parcela significativa da população seja adequadamente representada e compreendida na narrativa histórica, ao mesmo tempo em que desperta o interesse desse grupo.

A ausência de abordagens específicas sobre a história dos surdos pode resultar na perda de oportunidades educacionais importantes, e também contribuir para uma compreensão restrita e incompleta da diversidade cultural e linguística. É de suma importância promover uma educação inclusiva que incorpore a história dos surdos como parte integral do currículo de História, enriquecendo assim a compreensão histórica de todos os alunos, como salientado por Santos (2018, p. 78):

Reconheço a complexidade de tal tarefa, tendo em vista que a história dos surdos permanece ignorada pelos conteúdos curriculares oficiais da disciplina (BRASIL, 2017), pelos livros didáticos e pela ausência de materiais a respeito nas escolas. Cabe assim ao professor promover essa inclusão de conteúdos e construí-la em sala de aula. Não é necessário elaborar toda uma unidade específica. A versão do Roteiro Imagético aqui apresentada e a que segue no produto dessa dissertação apontam para a sugestão de, sempre que possível, incorporar a história dos surdos como parte dos conteúdos consagrados da disciplina. Lembrando que essa história não está apartada do percurso da humanidade.

Outro aspecto a ser considerado é a importância da didática e da postura profissional do professor, visto que a presença de alunos surdos requer uma abordagem mais cuidadosa durante as aulas, conforme enfatizado por Santos (2018, p. 18). É fundamental reconhecer que a inclusão desses alunos demanda um esforço adicional para garantir um ambiente de aprendizado eficaz e acessível. Um exemplo prático disso

é evitar falar enquanto escreve, pois essa simultaneidade pode prejudicar a compreensão do conteúdo e não é propícia para o aluno surdo.

Conforme mencionado no capítulo anterior, ao fazer a seleção do livro didático que será utilizado em sua sala de aula, o professor deve dar especial atenção à presença do aluno surdo no ambiente educacional. Isso implica considerar uma série de fatores, incluindo a acessibilidade do material, a presença de conteúdo visual e a possibilidade de explorar recursos que possam aprimorar a experiência de aprendizado do aluno surdo.

Para desenvolver a avaliação dos alunos, o professor deve estar plenamente ciente de que os estudantes surdos não possuem fluência na língua portuguesa escrita, o que requer uma abordagem sensível e adaptada. Portanto, é de suma importância que o educador demonstre respeito à diversidade linguística, considerando que:

Levando isso em consideração, mais do que exigir uma correção gramatical à redação daqueles alunos, os professores de História, afeitos à produção textual, devem procurar verificar se tal escrita, por mais desconexa que possa parecer, contém algo que demonstre a ocorrência de aprendizado. Arguir o aluno surdo sobre o que escreveu é o que se indica. Erros gramaticais podem e devem ser apontados, mas no sentido de que sejam reelaborados pelos discentes. Convém ainda alertar que o professor precisa ser cuidadoso com o vocabulário e as sentenças que utiliza. Santos (2018, p. 18)

Somente com ferramentas adequadas e adaptadas o professor conseguirá aferir se o aluno surdo conseguiu adquirir o conhecimento histórico desejado e planejado. É o comprometimento do educador em buscar formações adicionais que aprimorem sua habilidade de comunicação com o aluno, que se expressa em uma língua distinta da língua oral que poderá contribuir nessa aferição.

Conforme ressaltado por Santos (2018, p. 54):

Embora já tenha se tornado clichê nos estudos relacionados à Educação Inclusiva, insisto na questão, valendo-me de Verri e Alegro que propõem: “É urgente a reflexão acerca da formação de professores na licenciatura em História, em vista da sua preparação para o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, que têm a inclusão escolar como direito.” (2006, p. 112) Mais de uma década depois, a reflexão ainda não foi devidamente feita no campo do ensino de História.

As universidades devem se comprometer não apenas a cumprir o que é estabelecido pelo Decreto 5626 de 2005 para as licenciaturas, mas também a levar em

conta as necessidades dos alunos surdos em todas as disciplinas oferecidas, incluindo aquelas que são específicas para suas respectivas áreas de formação. Ressaltamos ainda, os professores, uma vez formados, devem buscar constantemente atualizar e aprimorar suas metodologias de ensino e comunicação.

Aprender Libras e dominar a comunicação com um aluno surdo é um compromisso que vai além da disciplina introdutória oferecida durante a formação universitária. Esse comprometimento implica em um contínuo desenvolvimento de habilidades linguísticas e uma disposição constante para aprimorar a comunicação e a interação com o aluno surdo ao longo de toda a carreira docente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 5% da população brasileira é formada por indivíduos surdos, totalizando aproximadamente 10 milhões de pessoas. Dentre esse grupo, aproximadamente 2,7 milhões enfrentam surdez profunda. Desprezar essa parcela da população e suas necessidades representa uma limitação em nosso desenvolvimento profissional e prejudica o crescimento intelectual e cognitivo desses indivíduos.

Muitas vezes, é na escola que os alunos têm seu primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais (Libras), especialmente durante a educação infantil. Apesar das condições de trabalho desafiadoras, muitos professores se esforçam ao máximo para alfabetizar alunos surdos, permitindo-lhes adquirir autonomia e expandir seus conhecimentos ao utilizar a Libras como língua principal (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2).

O objetivo desta pesquisa foi destacar e discutir alguns dos desafios mais significativos enfrentados por alunos surdos e seus professores. Esses desafios incluem as diferenças linguísticas entre alunos e professores, as limitações relacionadas aos materiais didáticos disponíveis e a ausência de uma formação dos docentes de História que priorizem o ensino inclusivo para alunos surdos.

Nessa pesquisa ainda, reconhecemos a relevância de abordar a história dos surdos, muitas vezes negligenciada e esquecida nas aulas de História. É fundamental reconhecer a singularidade e as características da comunidade surda, que sempre estiveram presentes ao longo da história.

Em relação às diferenças linguísticas, propomos que os professores adquiram conhecimento em Libras e continuem se atualizando, de modo a não restringir a comunicação entre aluno e professor apenas ao intérprete, e para que o aluno perceba o interesse do professor em ensiná-lo.

Os materiais didáticos selecionados devem atender às necessidades visuais do aluno surdo, e as estratégias pedagógicas utilizadas devem ser acessíveis. É necessário uma sensibilidade para, por exemplo, não trazer vídeos ou filmes para a sala de aula se eles não estiverem legendados ou acompanhados de janelas de Libras. Além disso, é aconselhável promover ou incentivar as melhorias na infraestrutura da instituição de ensino, incluindo a presença de intérpretes de Libras e a disponibilização de recursos

tecnológicos que possam facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Isso contribui significativamente para a inclusão efetiva de alunos surdos.

A formação de professores em Libras desempenha um papel fundamental na promoção de um ambiente inclusivo e na melhoria da comunicação entre educadores e alunos surdos. Embora as universidades ofereçam o primeiro contato com Libras, é crucial que os professores busquem aprofundar seus conhecimentos nessa língua para compreender plenamente suas nuances, respeitar as particularidades dos alunos surdos e a comunidade surda em geral. Algumas instituições de ensino superior oferecem programas de pós-graduação em Educação ou Ensino de História que podem abordar a inclusão de alunos surdos como um tema relevante de estudo, incentivando o aprimoramento contínuo da formação docente nessa área.

Finalmente, com base nesta pesquisa, incentivamos a aproximação entre os professores de História e seus alunos surdos, promovendo a busca pela inclusão plena. É fundamental que os educadores se conscientizem da importância de compreender as necessidades específicas dos alunos surdos, aprimorar suas habilidades em Libras e adotar práticas pedagógicas inclusivas que permitam a todos os estudantes, independentemente de sua condição auditiva, acessar o conhecimento histórico de forma equitativa. Esta pesquisa destaca a relevância de uma educação verdadeiramente inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade linguística e cultural dos alunos surdos, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

**Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) acesso em 10 de outubro de 2019

**Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11)  
Acesso em: 18 de setembro de 2023

FERNANDES, Sueli . **Educação de surdos**. Curitiba: Ibpx, 2011.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GINZBURG, Carlo 1939- **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História** / Carlo Guinzburg; tradução: Frederico Carotti - São Paulo: Companhia das letras: 1989

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 2002.

<https://inclusaoja.com.br/legislacao> acessado em 21/09/2021

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/69241-instituto-nacional-de-educacao-de-surdos-e-centro-de-referencia> acessado em 24/09/2022

<https://www.ines.gov.br/conheca-o-ines> acesso em 24/09/2022

<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional-2/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/pnldacessivel2022> - acesso em 22/09/2023

LAMEIRÃO, Tuanny Dantas. **IMAGENS, ENSINO DE HISTÓRIA E SURDEZ: como a história é vista nas imagens históricas pelos surdos**. 2020. Dissertação (Mestrado em PROFHISTÓRIA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)

Lei nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.048/2000 e a 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5296&ano=2004&ato=e93UTVq5keRpWT529> - Acesso em 10 out. 2019.

LIMA, Márcia Dias. As políticas de acessibilidade dos livros didáticos em libras. 2018. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

PEREIRA, M. C. C. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 143-157. Editora UFPR

PICCININ, Priscila Vanessa. A intencionalidade do trabalho docente com as crianças de zero a três anos na perspectiva Histórico-Cultural. Londrina, 2012.

ROCHA, Solange. O INES E A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL. Vol. 01, 2ª edição (DEZ/ 2008)- Rio de Janeiro: INES/ 2008

SANTOS, Paulo José Assumpção dos. Ensino de História para alunos surdos em classes inclusivas: práticas e propostas. 2018. 206 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Paulo Roberto Martins da. O ENSINO DE HISTÓRIA PARA EDUCANDOS SURDOS EM ESCOLAS INCLUSIVAS: UMA PRÁTICA POSSÍVEL. XIX Encontro de História da Anpuh- Rio, setembro de 2020.

STROBEL, Karin. História da Educação de Surdos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.